

CONTESTADO: TRANSIÇÃO DE UMA ERA



Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo

Vivemos hoje o centenário de um episódio marcante, o sangrento conflito, entre 1912 e 1916, no Sul do Brasil, que passou à História como “Guerra do Contestado”.

Ao abordá-lo sob o prisma do planejador estratégico, focaremos, além das operações militares, as motivações que conduziram àquela ocorrência, objetivando: descrever sucintamente a campanha empreendida pelo Exército Brasileiro e pelas forças policiais dos estados; destacar causas e consequências; avaliar conhecimentos adquiridos; e comparar aqueles tempos com os atuais, verificando semelhanças e possibilidades de novas ocorrências - e como evitá-las.

Este evento pode ser considerado como “transição de uma era”, pois se até então surgiam insurreições movidas pela insatisfação e pela miséria, com aparições de lideranças messiânicas, nos conflitos posteriores existiram influências de componentes ideológicos, uma diferença significativa. Além disso, das convulsões sociais subsequentes advieram outras consequências.

Generalidades sobre a guerra

A História Militar é o segmento da História voltado aos assuntos militares. É ligada à política e estuda as guerras, as batalhas, a evolução da tática, da estratégia, dos armamentos e dos materiais.

As atividades militares fazem parte da evolução dos diversos povos. As intercorrências se fazem presentes nos aspectos humanos, sociais, econômicos, tecnológicos e outros. As crises e os conflitos integram a natureza humana e, não resolvidos, podem resultar em guerras, que são o uso da força, por pelo menos um dos oponentes, com a finalidade de impor ao adversário suas decisões. A guerra é um fenômeno social e político. É um ato de violência, uma dialética de vontades. É um “jogo” e envolve toda a nação. A razão maior pela qual se estuda uma guerra deve ser exatamente a prevenção de novas ocorrências. Mas se ela acontecer, devemos estar aptos a enfrentá-la.

Classificam-se as guerras de diversas maneiras, sendo mais usual separá-las conforme o tipo: regular (convencional ou nuclear) e irregular (insurrecional, revolucionária, guerrilha ou resistência nacional). O Contestado pode ser considerado uma insurreição ou sublevação.

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780/1831, militar prussiano, estrategista militar e teórico da guerra), em seu livro “Vom Kriege” (“Da Guerra”), aborda as

relações entre a guerra e a política. A Política envolve os atos que levam à guerra que, por sua vez, determinam seu propósito, influenciam sua conduta e preparam sua terminação.

Ainda segundo Clausewitz, a guerra envolve uma “triáde”: o Governo (que estabelece os objetivos políticos), as Forças Armadas (que se constituem nos meios para se alcançarem os

objetivos) e o Povo (que gera a vontade, é o motor da guerra). A síntese de seu pensamento se encontra na célebre frase “guerra é a continuação da política por outros meios”.

Assim, ao estudarmos qualquer guerra, temos que aceitar que é impossível entendê-la sem falar em política, analisar as operações táticas sem verificar a logística, avaliar a logística sem saber da capacidade econômica dos contendores e calcular poder econômico sem conhecer o nível científico-tecnológico nacional. São, todos, sistemas interligados em alta sinergia.

Portanto, vamos examinar a nossa conjuntura nos anos em que ocorreram os fatos ora focados.

Brasil – Década de 1910

Nosso País naquela época era uma sociedade agrária atrasada. Existiam “ilhas” de comércio e de míngua indústria ao longo da costa Atlântica. Suas únicas riquezas reais eram uns poucos produtos de exportação (os mesmos do período colonial, à exceção da borracha).



Em teoria, éramos um Estado democrático. Na prática, uma República Oligárquica. Uma aristocracia latifundiária dominava o sistema político, o Presidente era eleito com cerca de 3% dos votos dos cidadãos, com um corpo eleitoral exclusivamente masculino. A representação política era privativa das camadas superiores da sociedade.



A população perfazia aproximadamente 23 milhões de habitantes, 80% vivendo no campo e com 75% de analfabetismo. A expectativa de vida média era de 34,1 anos e existiam aproximadamente 10% de imigrantes. Era “visível” um processo de “branqueamento” dos brasileiros, por intermédio da chegada de agricultores europeus.

As causas das mortes eram em primeiro lugar a tuberculose, seguida de gripe, diarreias/enterites/difteria e doenças do aparelho circulatório. O quadro se completava com sarampo/coqueluche/malária (impaludismo)/câncer.

As maiores cidades eram o Rio de Janeiro, então a Capital Federal, com cerca de 690 milhares de habitantes, São Paulo, com 240.000, Salvador com 205.000, Belém com 166.000 e Recife com 113.000.

O PIB nacional atingia aproximadamente R\$ 13,8 bilhões, com renda per capita de cerca de US\$ 300. O País consumia anualmente 1.200 toneladas de carvão mineral, todo importado. Também importava querosene (usado principalmente para iluminação) e gasolina. A geração de energia elétrica somava 160MW/ano.

Quanto à produção agrícola, constituía-se em café, açúcar, cacau, algodão, fumo e couros/peles. A pecuária compreendia rebanhos bovinos, suínos, caprinos e ovinos, e aves. Além da destinação alimentar, também se criavam bovinos e muaras/equinos para uso como meios de tração e transporte. O extrativismo ocorria com vegetais (erva-mate, borracha e madeira) e minerais (carvão e sal).

O Brasil possuía uma limitada capacidade industrial, com cerca de 3.200 estabelecimentos e 150 mil operários, gerando uma produção avaliada em 740.000 contos de réis (1912). As atividades compreendiam usinas de açúcar, serrarias/carpintarias, cerveja/bebidas, cerâmicas, fundição de metais, tecelagem de algodão, laticínios, calçados e curtumes.

Como curiosidade, listam-se a existência de 18 fábricas de tamancos, 11 fábricas de espartilhos, 9 fábricas de luvas, 4 fábricas de barricas, 3 fábricas

de pentes de chifre, 2 fábricas de formicida e 1 fábrica de lamparinas.

O comércio exterior era modesto. As exportações atingiam US\$ 307 milhões, onde o café respondia por 51,3%, seguido de borracha, 28,2%, couros e peles, 4,3%, erva-mate, 2,9%, cacau, 2,8%, fumo, 2,4%, algodão, 2,1%, açúcar, 1,2% e outros itens, 7,6%. As importações totalizavam US\$ 201 milhões, basicamente produtos industrializados, ferramentas, máquinas e combustíveis. Na década, o Brasil importou 2,154 milhões de toneladas de trigo em grão. Nossos principais parceiros comerciais eram (valores em milhares de Libras Esterlinas):

PAÍSES	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
EUA	18.660	3.821
Grã-Bretanha	8.190	0.056
Alemanha	7.248	4.468
França	4.519	2.903
Holanda	1.921	190
Bélgica	1.149	1.190

A estrutura viária nacional era bastante limitada. As ferrovias, em 1912, atingiam 23.500Km, transportando 1,2 milhões de passageiros por 1000/Km e 25,7 milhões de cargas, 1000 toneladas/Km.

Estradas de rodagem eram praticamente inexistentes, perfazendo menos de 3.000Km de caminhos carroçáveis. Os percursos eram feitos basicamente por veículos de tração animal, existindo pouquíssimos veículos motorizados.

A navegação se constituía nos modos cabotagem e fluvial, sendo contabilizados 213 navios e 202 mil TPB, em 1912.

Existiam no Brasil cerca de 15.000 telefones (76% deles em SP/RJ/RS). As comunicações de longa distância se davam por meio dos telégrafos, com 34.000Km de linhas e 3,7 milhões de telegramas.

No período considerado da Campanha do Contestado, foram Presidentes da República: entre 1910 e 1914, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, e entre 1914 e 1918, Venceslau Brás Pereira

Gomes. Os Ministros da Guerra (Exército) foram: 1911/1912 - Gen Antônio Adolfo F. Menna Barreto, 1912/1914 - Gen Vespasiano G. de Albuquerque Silva e 1914/1918 - Gen José Caetano de Faria.

O Exército Brasileiro nos anos 1910

O Exército, na época, enfrentava sérios problemas, fruto de injunções políticas. Pequeno, seu efetivo era de cerca de 19.000 homens.

No círculo dos oficiais, ainda ecoava o grande dilema (ideológico) entre “bacharéis” e “tarimbeiros” – o pensamento daqueles, formados nas escolas com teorias científicas, se contrapondo ao destes, moldados nas lidas das campanhas e das rotinas castrenses, que, por dormirem menos em casa e mais nos quartéis, em camas chamadas “tarimbas”, ganharam tal apelido. Muitos haviam recebido influência de veteranos tanto da Guerra do Paraguai como de diversas revoltas na virada dos Séculos XIX/XX. A Escola Militar havia sido fechada em 1905, funcionando a Escola de Guerra de Porto Alegre, entre 1906 e 1911.

O efetivo era basicamente permanente, inexistindo reservas – estas se constituíam nas polícias estaduais, geralmente comandadas por oficiais do Exército. Paraná e Santa Catarina contavam, cada um, com tropas policiais que atingiam um valor total de cerca de um regimento. A Guarda Nacional, embora de importância diminuída após a Guerra da Tríplice Aliança, ainda cumpria algumas atribuições, sob influências políticas e se discutia sua subordinação, pretendendo-se mudá-la do Ministério da Justiça e Interior para o da Guerra, onde seria a 2ª Linha do Exército.

Em 1908, o Marechal Hermes, então Ministro da Guerra, efetuou uma reorganização, logo alterada, em 1915, após sua saída da Presidência da República.

O alistamento era compulsório, quando necessário, acometendo as camadas mais baixas

da sociedade. Na época se iniciavam os “Tiros Nacionais” (depois “Tiros-de-Guerra”) e posteriormente seria introduzido o Serviço Militar Obrigatório, com a incorporação à tropa ocorrendo mediante sorteio.

Oficiais foram enviados para cursos na Alemanha, onde travaram contato com militares da Turquia, que haviam empreendido várias modernizações em seu País. Ao regressarem com novas ideias e imbuídos de admiração pelos feitos dos otomanos, foram apelidados de “Jovens Turcos”. Eles teriam, algum tempo depois, influência marcante na condução do Exército.



Os “Jovens Turcos”

O material de emprego militar era quase totalmente importado, tendo ocorrido uma considerável aquisição, naquela década, principalmente da Alemanha.

Verificou-se então, na Europa, a eclosão da “Grande Guerra”, posteriormente conhecida como 1ª Guerra Mundial.

O emprego do Exército na Campanha do Contestado se deu sob a égide da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, que assim definia:

“Art 14 - As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.”

Basicamente, o Exército era formado por 5 Brigadas Estratégicas, 3 Brigadas de Cavalaria e 1 Brigada Mista, além de corpos independentes e isolados.

Tal organização foi alterada em 1915 para 5 Divisões de Infantaria, 1 Brigada de Artilharia, 1 Regimento de Cavalaria, 1 Corpo de Trem e 1 Batalhão de Engenharia, Arma recém criada.

Os Serviços eram Estado-Maior/Ordens, Material Bélico, Engenharia/Transmissões (futuramente Comunicações), Fundos, Saúde/Veterinária, Subsistência, Fardamento, Alojamento/Aquartelamento, Transportes/Remonta e Polícia/Justiça.

A troca de organização, acontecida em plena campanha, não alterou o rumo dos acontecimentos.

Os recursos eram limitados, porém não tão insignificantes em termos de percentual da riqueza nacional da época. O orçamento do Exército (Ministério da Guerra) foi, em 1912, de 79.569 contos e, em 1916, de 66.304 contos. Se compararmos com a produção industrial, que era de 740 mil contos, tal valor era algo em torno de 10%.

Em termos de uma empreitada militar em áreas remotas, a capacidade logística era bem modesta. A Mobilização, próxima de zero.

A área das operações

O Sul do Brasil se modificou após 1853, com o estabelecimento da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo. Um antigo litígio, existente desde o Império, subsistiu, na República, entre o novo Estado e Santa Catarina.

A região, chamada de “Contestado”, perfazia uma área de 48.000Km², assim delimitada (aproximadamente): Norte - rios Iguaçu e Negro; Sul - rios Pelotas e Canoas; Leste - Linha de cabeceiras dos rios Marombas e Preto, mais ou menos às encostas da Serra do Mar; e Oeste - rios Periguaçu, Santo Antônio e dos Peixes.

Era uma terra desconhecida e inexplorada, abandonada pelos dois Estados, sem estradas, escolas e hospitais. As propriedades se constituíam em latifúndios produtores de madeira e mate. Havia enorme insatisfação popular, mesmo em população tão escassa.



Cronologia dos fatos

Na virada do Século XIX para o XX, cresceu de importância a exploração da erva-mate. Aconteceram conflitos entre o Paraná e Santa Catarina, devido à arrecadação de impostos.

Em 1906, a “Southern Brazil Lumber and Colonization Company” se estabeleceu em Três Barras. Era uma subsidiária da “Brazil Railway Company”, de propriedade do milionário norte-americano Percival Farquar (o mesmo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no Território do Guaporé, atual Rondônia), concessionária da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Ela recebeu direitos sobre 15km de cada lado da linha, numa titulação feita pelo Paraná (as



Trincheiras do 16º Batalhão de Infantaria, no combate de Canoinhas

terras devolutas ficavam a cargo dos Estados, pela Constituição de 1891).

Em adição, cerca de 8 mil trabalhadores, dispensados após o término das obras de construção da via férrea, se juntam à população. Não havia trabalho para todos nem condições adequadas de apoio.

Em 1911, surge na região a figura de Miguel Lucena de Boaventura, o “monge” José Maria. Tratava-se de um gaúcho, ex-participante da Revolução Federalista e andarilho, misto de curandeiro e mago. As credences da população, à época, eram grandes e tal tipo de liderança influenciava fortemente as ações das pessoas. Com o tempo, apareceram outros “monges”, aos quais se juntaram discípulos, “virgens” e seguidores que, além de gente comum, incluíam jagunços, marginais, desocupados e insatisfeitos. “Coronéis” locais completavam o quadro, fornecendo e retirando apoio conforme seus interesses.

Em Setembro de 1912, formou-se em Taquaruçu um “Quadro Santo”, instrumento da “Monarquia Celeste”, idealização dos ditos “monges”. As autoridades, temendo tumultos, pediram a presença policial. Uma primeira incursão, por

forças de Santa Catarina, levou aquele grupo a uma retirada para o Paraná (localidade de Irani, Palmas).

Alguns insurretos foram presos e tiveram suas cabeças raspadas. Os demais também rasparam as suas e logo foram conhecidos como “pelados”. Em oposição, todos os demais que não se juntassem ou concordassem com eles, eram chamados de “peludos”.

Agora no Paraná, a agitação cresceu. Em outubro, o Cel João Gualberto de Sá Filho (Capitão do Exército e Coronel comissionado Comandante da Polícia no Paraná) liderou um ataque, onde ocorreu sua morte e também a de José Maria.



José Maria, o “monge da Lapa”

As escaramuças se sucederam, com idas e vindas. Em novembro, desencadearam-se ações, sob comando do TC Álvaro Pereira Franco, depois substituído pelo Cel Antônio Sebastião Pyrrho. Ocorreu insucesso, com recuo das tropas e estacionamento em Palmas e União da Vitória.

Em 1913, se verificou aparente calma. Mas logo surgiu um “Menino Deus”, de nome Joaquim, 11 anos, neto de Euzébio, um discípulo de José Maria. E um novo “Quadro Santo” se ergueu em Taquaruçu. Foi instituída a bandeira da “Monarquia Celestial”, uma cruz verde sobre fundo branco. Outros “Quadros” se





Regimento de "Segurança do Paraná" partindo de União da Vitória para o Irani.

seguiram, em variados locais na região. Naqueles povoados existiam peões, lavradores, aventureiros, jagunços e facinoras em geral.

Em dezembro daquele mesmo ano houve um pedido de intervenção federal pelo governo de Santa Catarina. No dia 29 se travou o combate de Taquaruçu, com 200 homens divididos em 3 colunas, sob comando dos Cap Esperidião de Almeida e Adalberto de Menezes. Novo insucesso e retraimento da tropa.

Chega 1914. A 08 de fevereiro, há outra investida sobre Taquaruçu, agora pelo TC Dinarte Aleluia Pires, com 750 homens. Ocorre a fuga dos rebeldes para Caragoatá.

O comandante da tropa tenta a dissolução pacífica do levante, convocando para rendição e cessação das pelejas. Sem resultados práticos.

Em março é designado um novo comandante, TC Freire Gameiro. Sob pressão dos rebeldes, a tropa retrai. Os rebeldes se mudam para Pedra Branca e Tamanduá/Santo Antônio.

Em abril chegam reforços de tropas, provenientes do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. O efetivo empenhado atinge 1.500 combatentes, sob comando do Gen Frederico de Mesquita. Nesta ocasião, dá-se a dispensa das forças policiais, ficando as operações a cargo exclusivamente do Exército.

Em maio, novos ataques acontecem, agora em 3 colunas marchando sobre Caragoatá/

Tamanduá e Santo Antônio. Outro insucesso e os rebeldes se expandem.

Em 14 de setembro de 1914, o Gen Fernando Setembrino de Carvalho assume o controle total, como Comandante da Região Militar e das operações. Reorganiza a tropa, verifica aspectos de apoio e planeja a manobra em duas fases: cercar os insurretos e, posteriormente, apertar o cerco. Também determinava que se procurasse evitar as emboscadas. Era a "Grande Expedição", cerca de 7.000 homens, quase 40% do efetivo total do Exército.

Nesta época se deu o início do uso de aviões em atividades militares, as primeiras da América do Sul. Aeronaves não adequadas, adaptadas precariamente, eram previstas para serem empregadas em reconhecimentos e bombardeios incipientes.

Quanto aos rebeldes, calculava-se seu efetivo em cerca de 20.000 homens, distribuídos nas localidades de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira e Salseiro.

Em outubro, o cerco estava completado e em dezembro se deu início aos ataques, pelo Norte, com o Cap Tertuliano de Albuquerque Potiguara.

No ano de 1915, em janeiro/fevereiro, foi-se apertando o cerco, basicamente delimitado, Norte - Sul - Leste - Oeste, pelas localidades de Santo



General Setembrino junto a um dos aeroplanos utilizados pela primeira vez em operações.

Antônio, Gramado, Timbozinho, Pinheiros, Tomazinho, Colônia Vieira, Marcelo, Josefino e Aleixo.

Quanto aos aviões, não ocorreram resultados práticos, a atividade foi considerada de alto risco e cancelada. Aí se verificou, em 1º de março, a morte do piloto Cap Ricardo João Kirk, hoje reverenciado como Patrono da Aviação Militar do Exército.

Em março, iniciaram-se os ataques pelo Sul, sob comando do Cel Estillac Leal.

Em janeiro de 1916, dá-se o término dos combates, com a prisão de Adeodato, o último chefe rebelde. As tropas permanecem em pontos-chaves e em estações da ferrovia.

É um ano de tensões políticas entre os dois Estados, com o Exército se interpondo entre as respectivas forças policiais para evitar confrontos.

A 20 de outubro, acontece, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, a assinatura do tratado entre o Governo Federal e os Governos do Paraná e de Santa Catarina.

Ensinamentos

François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694/1778, escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês), disse que “A História nunca se repete. O homem, sempre.”

No site <http://www.history.army.mil/books/Vietnam/90-23/90-23f.htm>, no prefácio de um estudo sobre a Guerra do Vietnã, escrito pelo Major General Verne L. Bowers em setembro de 1972, pode-se ler um texto, assim adaptado para o português por este autor:

“Embora ciente de que a história nunca se repete exatamente e que nenhuma força armada jamais teve êxito ao enfrentar novos desafios sem se modernizar, o Exército se beneficia muito mais com o estudo das suas falhas do que com o das suas vitórias.”

Ressalte-se que tal afirmativa foi escrita por aquele chefe militar ainda com a guerra no Sudeste Asiático em andamento.

Assim, o presente trabalho, ao estudar o Contestado, busca analisar os fatos e deles retirar ensinamentos.

Naquele triste episódio, as estimativas de perdas em vidas são variáveis. Dependendo das fontes, as baixas civis oscilam de 10 a 20 mil e as militares (incluindo policiais), de 800 a 1.000. No entanto, mais impactante do que a quantidade de mortes foi a forma sob a qual elas se deram. Apenas como exemplo, cita-se trecho das anotações de Antonio Alves Cerqueira, médico das tropas, em “A Jornada de Taquaruçu”, de 1919:

“O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. (...) pernas, braços, cabeças (...). Fazia pavor e pena ver o espetáculo... pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes”.

Erros táticos, manobras inadequadas, material impróprio e, principalmente, muita inabilidade e inação política prévia. Um acumulado de fatores nefastos!

Quanto aos prejuízos materiais, não existem cálculos precisos, mas foram consideráveis.

Aí, evocamos os ditos sobre a História. Os fatos se repetem: em 1912, na morte do comandante da tropa, os rebelados se apossaram da única metralhadora existente e considerável munição; em 2012, cem anos depois, os jornais estão plenos de notícias sobre bandidos



Os caboclos perderam seiscentos homens, cinco mil casas, igrejas e ranchos foram destruídos.

atacando e subtraindo armas de policiais, em vários pontos do País.

Soren Kierkegaard (1813/1855, filósofo e teólogo dinamarquês) afirmou que “a vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente.”

Forças Armadas e Policiais devem existir, são garantia de paz e segurança, instrumentos de dissuasão e prevenção. No entanto, se usadas reativamente, não representam a melhor solução – a sabedoria reza que o melhor remédio é se antecipar, ser proativo, evitar que o mal aconteça. A ferramenta para isso é o Planejamento Estratégico, metodologia onde o estudo dos fatos passados auxilia no diagnóstico do presente e fornece subsídios para embasar ações no futuro.

Nos aspectos militares, o Exército Brasileiro se modernizou. O preparo da tropa em operações GLO (Garantia da Lei e da Ordem) é nítido. Adquiriram-se equipamentos e materiais adequados a ações desse tipo. Igualmente se aperfeiçoaram os marcos legais (Constituição Federal e Leis Complementares), incluindo ações com Poder de Polícia na Faixa de Fronteira.

Nos últimos anos, acumulam-se inúmeras experiências, como atuação durante greves de polícias estaduais, segurança em grandes eventos (Conferências Rio-92/Rio+20, visitas de Chefes de Estado etc), Missões de Paz (Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti) e atuação na pacificação de comunidades carentes no RJ. E tudo ocorrendo com recursos financeiros minguantes e escassos.

E quanto às polícias, o que se pode afirmar em termos de atualização e modernização? Em geral, elas atuam de forma não padronizada, em cada Estado da Federação, com diferentes situações de preparo, dotação de material e motivação. Existem interferências políticas, sendo comum a ocorrência de greves e demonstrações de insatisfações. Há experiências bem sucedidas, como os BOPE (Batalhões de Operações Especiais), as UPP (Unidades de Polícia Pacificadora), Unidades de Choque e algumas

forças consideradas de elite. Essas, infelizmente, constituem a exceção, não a regra. Pairam inúmeras “sombras” sobre nossas forças policiais, como as ocorrências de Carandiru (SP), Parauapebas (PA), greves em geral e outros acontecimentos críticos. Ainda sobrevivem “milícias” e “esquadrões da morte ou de extermínio”, ambos com suspeitas de envolvimento de policiais.

No tocante aos aspectos econômicos, o Brasil certamente contabiliza enormes avanços, conforme os indicadores PIB, PIB per capita e IDH, além de possuir muito maior inserção mundial. Entretanto, nossa distribuição de renda se encontra entre as piores do mundo e são inúmeros os problemas existentes, como: baixo nível educacional; alto índice de corrupção; infraestrutura muito aquém da necessária; degradação ambiental; insatisfações/disputas fundiárias; vazios de poder/ausência do estado; incremento de proselitismos religiosos e de ânsias consumistas. Sobre nossa distribuição de renda, o indicador (coeficiente Gini), além de desfavorável, tem alteração muito lenta, seguimos “patinando” por décadas. São grandes as taxas de criminalidade e de violência, com extensas áreas sob domínio do Crime Organizado. Interesses estrangeiros (governos, empresas, ONG) se fazem presentes e, por fim, nosso sistema político não prima pela representatividade e há grave descomprometimento pela maioria dos políticos eleitos.

No campo econômico, nossa pauta de exportações segue em imensa maioria composta por produtos de baixo valor agregado. Se em 1912 o café representava 51% em valor, em 2012 as “commodities” perfazem os mesmos 51%.

Assim, um “Raio X” do Brasil, em pleno século XXI, mostra grandes indagações em aspectos tais como aplicação de recursos e investimentos em educação, infraestrutura e saúde, além de falta de coordenação entre as esferas de governo. Temos cultura de planejamento estratégico? O Brasil está preparado? Fazemos (nós, os estudiosos) a nossa parte?

Por tais razões estamos estudando o que chamo de “transição de uma era”. No período da consolidação da República, as revoltas e insurreições (Federalista, Canudos, Vacina, Armada, Contestado e outras) ocorridas tiveram como principal motivação o descontentamento, a ignorância, a miséria e o aparecimento de lideranças “messiânicas”. Mas, como consequências práticas, quase nenhuma melhoria: nada ou muito pouco mudou. Já nos movimentos seguintes (o ciclo do “Tenentismo”, 1922, 1924, 1930, 1932, 1946 e 1964), apareciam, além daquelas causas anteriores, componentes ideológicos. E, nestes, aconteceram mudanças: após os movimentos, houve trocas de governo/sistema e implantação de reformas.

Estamos em 2014, prelúdio de uma nova era. Há coisas erradas no Brasil? Sim, certamente. São necessárias mudanças? Sim. Mas, como podemos mudar? Somente pela atuação Política, pois o uso da força, em princípio, deve ser descartado. Porém, e se ela (a força) insistir em se fazer presente, de origem interna ou mesmo externa, estamos preparados para lhe fazer face? A opção é única: devemos estar preparados!

Conclusão

A História é feita por seres humanos, portanto ela se repete. Em outras épocas, no mesmo ou em outro local, sob outras circunstâncias e com outros atores. E no Brasil do Século XXI se podem verificar eventos recorrentes, situações bastante semelhantes àquelas existentes no Contestado dos anos 1910.

Dentre inúmeras, apenas para citar um exemplo, selecionamos a região de Parauapebas, no Pará. Lá, nestes anos da década de 2010, há falta de infraestrutura, existem pessoas vivendo em condições extremas de carências, ocorrem conflitos de toda ordem, pistoleiros campeiam por áreas griladas, nota-se a ausência do Estado, o povo não acredita nas autoridades e desconfia

das instituições, são grandes a informalidade econômica e a corrupção. Além disso, é notável a presença de interesses estrangeiros.

É, teoricamente possível, a ocorrência, naquele local, de fatos desagradáveis similares aos de um século atrás. Há enorme distância temporal e geográfica, porém os ingredientes na “cozinha” são os mesmos e com eles se pode fazer um “bolo” idêntico: basta misturá-los, colocar na fôrma e acender o forno. Poderão variar alguns “temperos” ou “enfeites”, mas o “sabor” será o mesmo, marcantemente de sangue!

Não é incoerente, então, se imaginar um novo “Contestado” no Pará. Se surgir por lá um moderno “José Maria”, hoje com meios muito eficientes de comunicação? Ou, talvez, quem sabe, um “Mr Joseph” ou um “Father Joe”? Quiçá um “Frère François”? E se, por hipótese, alguém, uma nação estrangeira ou grupo de interesses, decretasse algo parecido à “Monarquia Celestial” na Amazônia? Terra afortunada, dotada de inúmeras jazidas e, também demarcada com imensas terras indígenas exatamente localizadas sobre tais riquezas.

Em 18 de maio de 2008, a página da BBC em português comenta reportagem do jornal americano The New York Times, sob o título “De quem é a Amazônia, afinal?” www.bbc.co.uk/portuguese/reporter-bbc/story/2008/05/080518_nytimes_amazonia_dg.shtml.

No texto, o periódico diz que “um coro de líderes internacionais está declarando mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio muito maior do que apenas das nações que dividem o seu território”. Cita o ex-vice-presidente americano Al Gore, que em 1989 afirmou que “ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós”. Também o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, em dezembro de 2008, teria asseverado “A Amazônia é nossa.”

Outra hipótese: e se uma esquadra poderosa impusesse um “Quadro Santo” no Atlântico Sul? Trata-se de Zona de Exploração Econômica Ex-



clusiva, com incalculável potencial em turismo, recursos vivos, minerais e reservas de energia, um imenso potencial de geração de empregos. Teríamos como impedir?

Mauro Santayana, em seu blog (<http://brasileducom.blogspot.com.br/>), em 24 de setembro de 2012, comentando discussões acerca da venda de terras a estrangeiros, assim se expressou:

“Enquanto houver nações, a terra, o sangue e a honra continuarão unidos para dar corpo ao que chamávamos pátria, e de que nos esquecemos hoje. (...) Estamos em *momento histórico delicado, em que os recursos naturais passam a ser disputados com desespero por todos. As terras férteis e molhadas, de que somos os maiores senhores do mundo, são a garantia da sobrevivência no futuro que está chegando, cêlere. Nosso território não nos foi doado. Nós o conquistamos, e sobre ele mantivemos a soberania, com muito sangue e sacrifícios imensos.*

Não podemos cedê-los aos estrangeiros, a menos que estejamos dispostos a viver contidos em nossa própria pátria, desviando-nos das colônias estrangeiras, cada uma delas marcada por bandeira diferente. Do contrário, e em tempo relativamente curto, teremos que expulsá-los, seja de que forma for, e enfrentar, provavelmente, a retaliação bélica de seus países de origem.”

Os dias atuais igualmente se apresentam como transição de outra era. Nós a estamos formalizando agora, cabe-nos tarefa importantíssima, da qual dependerá, em muito, o futuro de nossos descendentes.

Deixamos, como encerramento, a mensagem da milenar sabedoria romana “Si vis pacem, para bellum.”

Se queres a paz, estrutura a guerra.

GEN BDA MARCIO TADEU BETTEGA BERGO – Chefe do CEPHiMEX – Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

Referências bibliográficas

1. AHEx (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO). www.ahex.ensino.eb.br
2. BERGO, Marcio T. Bettega. O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional: uma proposta de projeto para o Brasil. 2. ed. São Paulo: MP Editora, 2008.
3. _____. Explicando a Guerra. Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2013.
4. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. História do Exército Brasileiro - Vol 2. Brasília: 1972
5. IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). www.ibge.gov.br
6. KOCH, Zig. Araucária: A Floresta do Brasil Meridional. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.
7. MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
8. NOSSO SÉCULO - Volume 2 (1910/1930). São Paulo: Abril Cultural, 1981
9. www.history.army.mil/books/Vietnam/90-23/90-23f.htm
10. www.pralmeida.org/05DocsPRA/2232BrEconMundo1910a2010.pdf
11. www.stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/08/como-era-o-brasil-entre-1900-e-1910.html